

TRABALHO E SOCIALIZAÇÃO

WORK AND SOCIABILITY

TRABAJO Y SOCIALIZACIÓN

Lucas Gonçalves Faria do Nascimento¹

A resenha em tela parte de uma análise da obra “Trabalho e Sociabilidade” (2019), criada pelo mestre e doutor em educação, graduado em pedagogia e história, Marcio Bernardes de Carvalho em parceria com Carla Andréia Alves da Silva Marcelino, doutora e mestre em sociologia, especialista em gestão pública com habilitação em políticas públicas pelo IFPR (2015), graduada em Serviço Social pela UEL (2003), assistente social judiciária do Estado do Paraná e pesquisadora da área de instituições e poder.

O tema da obra tem como foco desbravar o conceito do trabalho pela perspectiva do materialismo histórico, tanto no que diz respeito à sua origem e função primordial para o desenvolvimento humano, quanto sua metamorfose nas relações contemporâneas sob a vivência do assistente social. Para isso, o livro está separado em seis capítulos repletos de referências teóricas de autores de peso, assegurando uma boa linha argumentativa para desvelar a realidade com linguagem culta e clara para novos acadêmicos e futuros pesquisadores.

O primeiro capítulo nos envolve em reflexões sobre a idealização e objetivação do pensamento, como sendo capaz de acelerar o processo evolutivo humano por meio do uso contínuo da técnica ao visar o aperfeiçoamento da obtenção de recursos com o mínimo gasto energético. Friedrich Engels (1896 *apud* Carvalho; Marcelino, 2019, p. 28), bebendo da fonte Darwinista, explica o desenvolvimento dos traços principais do humano como a fala, mãos e senso de grupo, como advindos da Lei Natural. Portanto, a noção da adaptabilidade perante a necessidade deu margem para o nascer da técnica. Essa, aparentemente tão simples inicialmente, provou-se mais complexa conforme seu aprimoramento diante das contradições da realidade, percebidas por Karl Marx que, vendo através dela, descobriu o movimento dialético e contraditório entre o desenvolver humano e sua reificação.

É perceptível que Hannah Arendt trouxe um complemento à obra em questão, ao tratar o labor como a própria vitalidade humana, pois em suas realizações existe uma necessidade implícita pertencente àquele tempo e durável na mesma proporção de sua utilidade. Com isso,

¹ Curso em Serviço Social. Campus: Araruama-RJ. Modalidade do curso: a distância. E-mail: lucasgncontato@gmail.com.

segundo os autores da obra aqui resenhada, existe um crescimento biológico e metabólico no indivíduo, pois em sua obra foi capaz de subir na cadeia evolutiva estimulando a ação, vista como relação meramente política e independente do objeto e trabalho (Carvalho; Marcelino, 2019, p. 36-37). Além disso, quando transportamos os conceitos já listados, Arendt deixa claro que a mudança no indivíduo por meio da evolução da técnica e das formas de exercer o labor altera sua condição humana, se posicionando diferente à Marx. Karl Marx elabora a concepção de trabalho, salientando que primeiramente nem tudo aquilo que reconhecido por esse é de fato o mesmo, mas do contrário seria próprio dos animais, pois são motivados por instintos primitivos ao humano. Portanto, segundo o sociólogo, torna-se inegável a referência de que o ser humano é o único ente que realiza o trabalho ao materializar sua ideia alterando a natureza, e em consequência altera também a si mesmo, bem como o coletivo e suas relações políticas, desenvolvendo a dialética ontológica (Carvalho; Marcelino, 2019, p. 32-35).

O desenvolvimento das técnicas impulsionou a autonomia humana frente ao caos natural propagado pelos animais que trazem consigo a predação, mas em consequência tornou o indivíduo refém da própria espécie perante o pensamento territorial e o estímulo à competitividade entre os semelhantes. Segundo Carvalho e Marcelino, o nascimento do Estado traria um balanceamento para a vida com a existência do direito, mas um conjunto de leis e princípios com poderes administrativos centralizados, acabou por criar um *status quo* frutífero para a dominação de classe com o advento da propriedade privada (Carvalho; Marcelino, 2019, p. 35). O entendimento do trabalho enquanto testemunha vital do indivíduo, perderia sua essência ao ser artificial mediante as regras do que viria a se tornar o mercado. Portanto, acabou-se presenciando a ruptura da totalidade do sujeito ao ser priorizada a sua estagnação natural, guiada pela influência da classe dominante para o ganho do poder.

De certo, é possível afirmar no livro que a declaração de Marx sobre a metamorfose do indivíduo ao transformar a natureza não se encerra no estágio de reificação. A concepção da dialética ajuda a compreender que, apesar do declínio, há probabilidade da mudança social pela manifestação protagonizada pelas partes afetadas das contradições provocadas, pois, para o sociólogo, “por meio da socialização o ser humano abandona sua coisificação e abraça sua humanidade” (Carvalho; Marcelino, 2019, p. 46). A idolatria, que ora é direcionada ao produto de sua criação, agora tem o seu desvelamento e a vista do objeto como parte da natureza fundante do seu ser, e nesse ápice o sujeito encontra seu estágio emancipação.

Nesse sentido, partindo de uma perspectiva da superestrutura, a emancipação humana pode-se tornar política a partir do momento em que o indivíduo toma consciência de sua posição nos mecanismos de poder e de classe. A partir desse despertar coletivo, Marx aponta a

revolução do proletariado como o objetivo final para todos aqueles que foram oprimidos pela luta de classe e seus dominantes (Carvalho; Marcelino, 2019, p. 48).

O segundo capítulo é promissor ao elaborar a ontologia, conceito da filosofia clássica destinada a estudar o “ser como ser” e, para isso, utiliza-se a abordagem materialista ao sinalizar os eventos históricos e influências sociais como fundamentais para a construção cultural e espiritual do indivíduo. De acordo com o autor inspirado em Marx, a evolução do labor superou a relação entre humano e biodiversidade, sendo o primeiro seu principal mediador do ambiente onde reside por criar, por meio do trabalho, um *habitat* exclusivo e controlado (Carvalho; Marcelino, 2019, p. 60). Porém, Lukács comenta sobre “a possibilidade da corrupção do entendimento real do objeto quando é alvejado por ideias tão somente abstratas pautadas sob o mito” (Carvalho; Marcelino, 2019, p. 70-71), nomeando esse movimento de *intentio obliqua*. Portanto, a análise pautada sob uma perspectiva materialista histórica da narrativa ganha peso em sua apresentação por se tratar da captura do real enquanto fato.

Com o decorrer da escala evolutiva humana, o coletivo deixou de ditar sobre o *modus vivendi* para o judiciário determinar o senso comum, favorecendo grupos e entidades ao legalizar a precarização do trabalho e sua desumanização perante burocracias em ênfase, sucateamento dos aparelhos públicos de saúde e previdenciário, visando o aumento da oferta e procura pelas instituições privadas. Tudo isso se configura como ideologia pela influência do direito na sociedade, mediado pela instância jurídica do Estado, criando uma perspectiva da vida social, em que o poder é centralizado na ética do próprio governo. O pensamento de Kant impera no mundo capitalista ao se demonstrar especial para uma premissa dominante, pois a liberdade natural pode ser ameaçada por uma outra não equivalente, considerada injusta, o que torna legal a coerção desta (2005, p. 74 *apud* CFESS, 2014, p. 17). Nesse sentido, os donos do poder influenciam a vida social fazendo a população aderir à ideologia capitalista, à liberdade natural, por meio da cultura de massa e pela fetichização dos produtos, anestesiando o senso crítico do consumidor, contribuindo para o velamento do maniqueísmo entre classes, tornando o preconceito estrutural um mito.

O terceiro capítulo é sobre a naturalização do homem enquanto “máquina”, que ocorre desde a fase primitiva dos meios de produção no sistema capitalista comercial. O pioneiro revolucionário responsável pela consolidação da racionalização do trabalho fabril foi Henry Ford, seguido de Frederick Taylor, visando acelerar a montagem de artigos por meio do aumento de funcionários com baixa especialização para maximizar aumento de produção. Todavia, uma pequena parte da energia vital exercida pelos trabalhadores seria recompensada com o salário e a maior parte do valor de venda é convertido como lucro para empresa, o que

segundo Marx seria a mais-valia (Carvalho; Marcelino, 2019, p. 42). Assim, a classe dominante inaugura uma nova fase para operacionar custos, expandindo o trabalho morto com o uso de maquinários e reduzindo o quantitativo de operadores para se efetivar o mesmo trabalho. Dessa forma, o ser social tem sua vida alterada de diversas maneiras, pois se vê obrigado a competir com as máquinas que evoluem de acordo com a demanda e em menos tempo comparado a um indivíduo médio.

O quarto e quinto capítulo discorrem sobre o Serviço Social nesse cenário, partem de uma gênese religiosa para depois aderir ao mercado, conivente com as formas de reprodução social capitalista como “executor final das políticas públicas” (Netto, 1992 *apud* Carvalho; Marcelino, 2019, p. 123). Sua atuação visava não apenas o aperfeiçoamento moral da classe proletária, mas também a fiscalização da miséria, pois não bastava ser pobre, era preciso parecer próspero. Não existia a perspectiva do reconhecimento de fato da questão social como matéria prima de trabalho e reflexão. Dessa forma, exercendo o seu poder, o sistema capitalista cria um senso cultural que bloqueia a autonomia humana por tratar o excêntrico como espanto legítimo para repulsa, isso é, das formas de expulsão social. Todavia, percebe-se que o conceito de miserabilidade é relativo por ser análogo à matéria entendida como recurso vital, portanto a realidade do ambiente e aparência dita os parâmetros que o indivíduo segregaria na sociedade por quantitativo ou qualitativo, para benefício particular ou público.

A culpabilização da pobreza nasce do imperativo à manutenção do controle social, pois o mercado necessita de demandas para vender soluções. Nesse sentido, é feita a defesa da meritocracia em um cenário político desigual e coronelista, tornando o indivíduo mártir da classe média, ajudando os verdadeiros burgueses a permanecerem influentes sobre os mais pobres com o *marketing* velado de superação de vida pelo mercado, por meio da ânsia da prosperidade, pois, compreendendo que a posição social está diretamente ligada ao alto consumo, o sujeito se vê pressionado pelos demais.

Todavia, os governantes e burguesia possuem controle social, mas se ausentam da responsabilidade dos cuidados favorecendo a procura do mercado e incitando o debate de qualidade do fornecimento de serviços. De toda forma, o sexto capítulo elabora que o profissional da assistência social se mantém dentro desse circuito acorrentado pela sua posição de assalariado e impedido de exercer com total autonomia seu projeto ético político. Portanto, é feito seu controle mediante cargos públicos, assessoria, assim como também consultoria visando guiar os esforços para a manutenção das forças de trabalho e a ampliação dos meios de produção como resultado.

Por fim, o livro cumpre sua proposta de elaborar a concepção do trabalho perpassando pelos autores supracitados visando dar peso aos argumentos e traz reflexões únicas para tratar da complexidade do espaço antropológico e sua engenharia para velar o sujeito do olhar crítico. Não foi reconhecida nenhuma pendência no conteúdo supracitado, uma vez que os autores foram felizes em elaborar os conceitos sociológicos tão abstratos com maestria, se tornando uma das melhores obras para compreender o olhar teórico crítico na modernidade sob a lente do serviço social.

Referências

CARVALHO, M. B. de, MARCELINO, C. A. A. da S. Trabalho e sociabilidade. Curitiba: InterSaber, 2019. (Série Formação Profissional em Serviço Social).

SOCIAL, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico:** subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2014.

Data de submissão: 01/08/2025

Data de aceite: 21/08/2025